

DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NO NORDESTE E
IMPACTOS SOBRE A ESTRUTURA DE CLASSES OCUPACIONAIS:
UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 1981 A 2005¹

LABOR MARKET DYNAMICS IN BRAZILIAN NORTHEAST AND
IMPACTS IN THE STRUCTURE OF OCCUPATIONAL CLASSES:
ANALYSIS OF THE YEARS FROM 1981 TO 2005

*Alexandre Gori Maia**

RESUMO

Em um contexto de baixo crescimento do produto nacional, transformações da estrutura produtiva e das formas de contratação, o objetivo central deste trabalho é identificar os principais impactos no mercado de trabalho do Nordeste nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Para verificar de que forma tais transformações afetaram a estrutura de classes da população ocupada, pretende-se ainda realizar um estudo segmentado segundo uma nova proposta de estratificação sócio-ocupacional. A hipótese central dessas análises é que as mudanças percebidas no mercado de trabalho nordestino nos últimos 25 anos afetaram suas classes ocupacionais, configurando um generalizado processo de regressão dos já precários padrões socioeconômicos da população ocupada na região. Para confirmar tal hipótese, será analisada a evolução de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho, dentre eles: taxa de ocupação, formalização, desemprego e distribuição da população segundo faixas de rendimentos. Os resultados serão apresentados em duas seções principais: i) um panorama geral dos indicadores do mercado de trabalho do Nordeste a partir dos condicionantes históricos econômicos entre 1981 e 2005; ii) análise dos indicadores do mercado de trabalho segundo classes sócio-ocupacionais, identificando as principais diferenças existentes entre estas e as mais prejudicadas no período em questão.

Palavras-chave: Estrutura Ocupacional; Mercado de Trabalho; Pobreza.

* Doutor em Economia Social e do Trabalho e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP). E-mail: gori@eco.unicamp.br

¹ O autor agradece ao professor Waldir José de Quadros do Instituto de Economia da UNICAMP, coordenador do grupo de pesquisa do qual originou-se este trabalho.

ABSTRACT

In a context of low domestic product growth, productive structure transformation and changes in the labor contracts, the main purpose of this paper is to analyze the labor market dynamics in the Brazilian Northeast region between 1981 and 2005. To identify the impacts of such transformations in the class structure of employed population, the analysis will be done according to a new methodology of socio-economic stratification. The central hypothesis of this analysis is that the transformations of Northeast labor market in last 25 years resulted in a process of general rising poverty of almost occupational groups, impairing the precarious socio-economic levels of the employed population in this region. To reach such purpose, it will be analyzed the evolution of occupations, formal employees, unemployment, wage distribution and another labor market indicators. The results will be presented in two major sessions: i) a general view of the labor market dynamics in Northeast and its historic context between 1981 and 2005; ii) the labor market dynamics according to socio-occupational classes, identifying its major differences and which one had been the worst evolution in this period.

Keywords: Occupational Structure; Labor Market; Poverty.

1. INTRODUÇÃO

As raízes históricas associadas à estrutura fundiária, à monocultura e à inserção regional no espaço nacional definiram a especificidade básica de atraso e de elevados índices de precariedade e pauperização das ocupações no Nordeste (ARAÚJO et al., 1997). Segundo os mesmos autores, a particularidade do caso nordestino não exclui, entretanto, reconhecer a importância das transformações econômicas e da estrutura produtiva nacional sobre o mercado de trabalho regional.

O fato é que as transformações observadas no mercado de trabalho brasileiro nos últimos 25 anos ocorreram em contextos econômicos bastante desfavoráveis. No início dos anos 1980, a elevação do nível das taxas de juros nos Estados Unidos e a América e a interrupção do crédito internacional provocaram o colapso da dívida externa brasileira, que tinha crescido consideravelmente na década de 1970. Sem conseguir renegociar a dívida, o governo brasileiro foi obrigado a adotar uma política macroeconômica que forçou uma adaptação da economia à restrição externa através de uma profunda recessão entre os anos de 1981 e 1983. Como resultado, houve uma brusca interrupção na trajetória de crescimento da economia brasileira e a estagnação iniciou-se com uma forte queda do Produto Interno Bruto (PIB) e do poder de compra das remunerações do trabalho.

Seguiram-se inúmeras tentativas frustradas de estabilização da economia até o Plano Real de 1994. A recuperação da atividade econômica observada entre 1984 e 1986, devido a um excepcional aumento das exportações, deu a falsa impressão que o País poderia retornar a sua anterior trajetória de crescimento, e o Plano Cruzado, por um curto período de tempo, conseguiu bloquear os aumentos de preços e elevar o poder de compra dos salários. A partir de 1987, entretanto, reafirmou-se o contexto de estagnação e a volta de uma cada vez mais descontrolada inflação.

O fraco desempenho da economia brasileira na década de 1980 provocou expressivas alterações na composição das oportunidades do mercado de trabalho, sem interromper, entretanto, a tendência de aumento da taxa de participação e sem provocar aumento desenfreado do desemprego (BALTAR, 2004).

As políticas macroeconômicas não foram as únicas responsáveis pelas transformações do mercado de trabalho observadas no período. Aliado à liberalização do comércio exterior, a década de 1990 foi ainda marcada pela racionalização e modernização da estrutura produtiva implantada nos anos 1970, as quais repercutiram no nível de

emprego e afetaram os setores mais estruturados e organizados da economia. Reduziu a criação de novos postos no mercado de trabalho e o desemprego cresceu assustadoramente. A flexibilização da produção, desconcentração industrial, busca de qualidade total, formas transitórias de produção e outros tipos de desregulações estão cada vez mais presentes nas indústrias, que buscam se adaptar às novas formas de produção e à lógica do mercado mundial. Há subcontratação de parte do trabalho para seus estabelecimentos transnacionais, generaliza-se a utilização de mão-de-obra temporária e, ao mesmo tempo, busca-se o consentimento da força de trabalho para a reversão de contratos sociais mais benéficos aos trabalhadores (MAIA, 2006).

Enquanto em alguns setores os trabalhadores se tornaram mais qualificados, como o supervisor e o vigilante de um processo produtivo, houve desqualificação em outros setores, como na metalurgia, em que a habilidade do trabalhador foi substituída pelo simples papel de operador de máquinas semi-automáticas. A automação acentuou o processo de eliminação do emprego rural, redução do emprego industrial e, por outro lado, fez crescer o peso do setor de serviços na estrutura social, principalmente serviços pessoais. Ao mesmo tempo, há uma expansão generalizada de diversas formas de trabalho temporário, parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal e ao setor de serviços.

Nesse contexto de baixo crescimento do produto, transformações da estrutura produtiva e das formas de contratação, o objetivo central deste ensaio é analisar a dinâmica do mercado de trabalho no Nordeste entre os anos de 1981 e 2005. Para identificar os grupos sociais mais ou menos afetados nesse período, pretende-se ainda realizar um estudo segmentado a partir de uma nova proposta de estratificação social. Tal tipologia pressupõe que grupos sociais com estilos de vida relativamente homogêneos podem ser obtidos a partir da inserção dos ocupados no mercado de trabalho, sendo uma aproximação para identificar o comportamento de classes de uma sociedade (QUADROS, 2003). A hipótese central dessas análises é que as transformações evidenciadas nesse período corroboraram para acentuar o já precário quadro de exclusão socioeconômica de população ocupada no Nordeste, promovendo um generalizado processo de **regressão social**. Para cumprir tais objetivos, este trabalho foi estruturado em três seções, além desta parte introdutória: i) apresentação das fontes de informações e da metodologia de análise dos dados; ii) análise da dinâmica geral das transformações no mercado de trabalho do Nordeste; iii) descrição da tipologia de estratificação sócio-ocupacional e análise dos impactos sobre estrutura de classes da população ocupada no Nordeste.

2. METODOLOGIA DE TRABALHO

A principal fonte de informações utiliza neste trabalho é a base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizaram-se ainda informações do sistema de Contas Regionais do Brasil para obtenção do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste entre os anos de 1985 e 2004.

Na composição da População Economicamente Ativa (PEA), consideram-se como ocupados os indivíduos com 10 anos ou mais de idade que tinham trabalho remunerado na semana ou que exerciam trabalho não remunerado em pelo menos 15 horas na semana. Como desempregados, foram considerados aqueles indivíduos com 10 anos ou mais de idade que não estavam ocupados na semana, mas que, em um período de dois meses, estavam à procura de trabalho.

Os padrões econômicos da população ocupada foram analisados a partir do rendimento da ocupação principal. Todos os valores foram deflacionados para reais (R\$) de outubro de 2005, a partir do INPC corrigido para a PNAD, um ajuste feito no índice de inflação para que esse considere as variações percebidas no dia 1º de cada mês, período de referência para os rendimentos captados pela PNAD, e não permaneça centrado no dia 15 de cada mês, como originalmente prevê sua metodologia (CORSEUIL; FOGUEL, 2002).

Os valores do PIB foram corrigidos pelo deflator implícito do PIB e estão disponíveis no endereço eletrônico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).²

3. DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NORDESTINO

Durante boa parte das duas últimas décadas, o desempenho do PIB real do Nordeste esteve muito aquém do crescimento de sua PEA. De maneira geral, o PIB cresceu 56% entre 1985 e 2004, contra 61% da PEA no mesmo período (Gráfico 1).

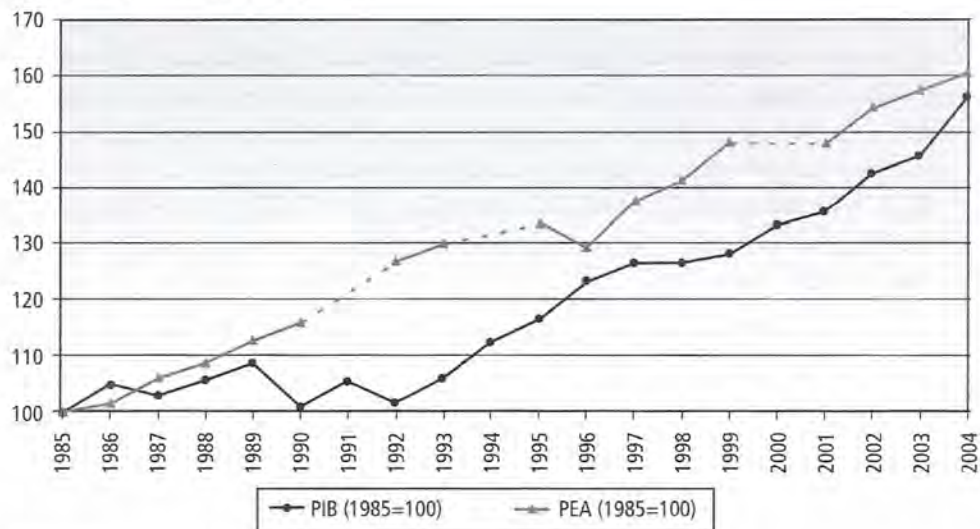
Enquanto o crescimento da PEA foi impulsionado pela maior participação das mulheres no mercado de trabalho e pelo aumento da participação de jovens ingressantes na População em Idade Ativa (PIA), o PIB sofreu os efeitos macroeconômicos de adaptação da economia brasileira à restrição de crédito internacional através de uma profunda

² Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>, acessado em dezembro de 2006.

recessão no início dos anos 1980, aliado à hiperinflação na segunda metade desta mesma década e à abertura comercial, racionalização e modernização da estrutura produtiva na década de 1990. O pior desempenho do PIB do Nordeste ocorreu durante a segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990, quando oscilou entre períodos de baixo crescimento e recessão econômica. Entre 1985 e 1993, o PIB real-nordestino cresceu apenas 0,7%, a.a., enquanto a PEA cresceu 3,3% a.a. e chegou a 1993 com população 30% superior a 1985. A partir de 1993, entretanto, o PIB real passou a apresentar taxas anuais de crescimento superiores à da PEA (3,6% a.a. contra 2% a.a. da PEA), embora estas foram ainda insuficientes para superar o panorama observado nos oito anos anteriores.

GRÁFICO 1

Índice de crescimento do Produto Interno Bruto e da População Economicamente Ativa (1985=100) – Nordeste 1985 a 2004



Fonte: Contas Regionais do Brasil e PNAD, microdados – IBGE.

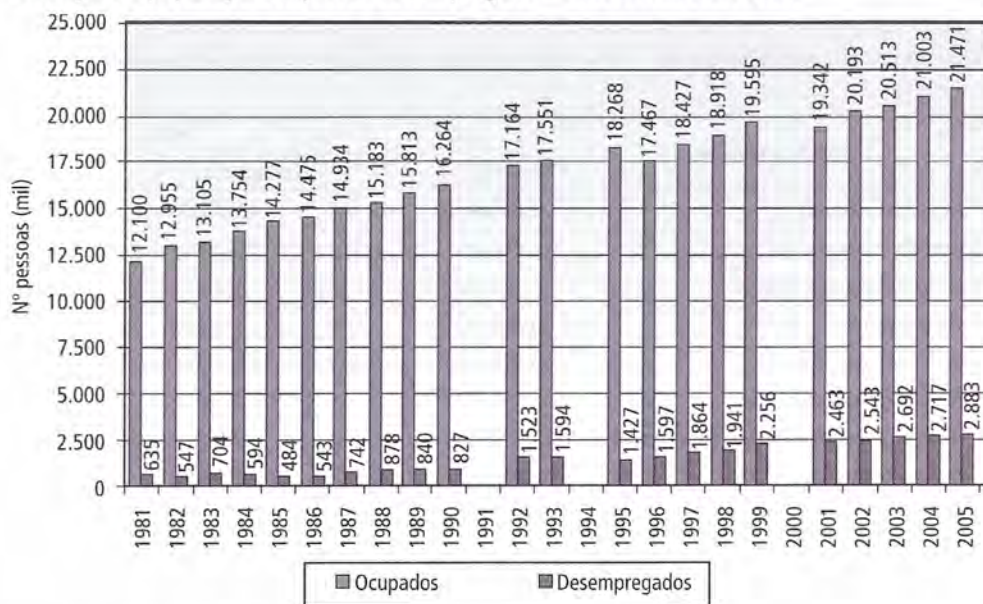
Não bastasse o crescimento do PIB inferior ao da PEA no período, esta última ainda caracterizou-se pelo substancial aumento na participação da população desempregada nos anos 1990 (Gráfico 2). Durante a década de 1980, mesmo sob condições de baixo crescimento do PIB, houve reestruturação das posições do mercado de trabalho no Brasil e o aumento da taxa de participação na PIA conteve a expansão do desemprego no País (BALTAR, 2004). De fato, nesse período, o crescimento da população ocupada no Nordeste foi superior ao de sua população desempregada, e o

desemprego oscilou próximo aos 5% da PEA regional. Enquanto a população ocupada cresceu a uma taxa de 3,3% a.a., a população desempregada cresceu a 3,0% a.a..

Entretanto, o período de liberalização econômica e reorganização da estrutura produtiva da década de 1990 foi responsável pelo pior nível de crescimento das ocupações nestes 25 anos de análise. Em 1992, o desemprego no Nordeste praticamente dobrou em relação ao observado em 1990 (84% superior), atingindo 8,2% da PEA. Em que pese o maior crescimento do PIB nordestino a partir da década de 1990, o desemprego chega a 2005 afligindo cerca de 2,9 milhões de pessoas no Nordeste, população 3,5 vezes superior à observada em 1990. Nesse mesmo período, a população ocupada cresceu apenas 1,9% a.a. contra 8,7% a.a. da população desempregada, que atingiu 11,8% da PEA regional em 2005, maior valor de toda série histórica analisada.

GRÁFICO 2

Evolução da população ocupada e desempregada – Nordeste 1981 a 2005



Fonte: PNAD, microdados – IBGE.

Entre 1981 e 2005 foi significativa a expansão das ocupações associadas à prestação de serviços, com conseqüente redução das associadas às atividades agrícola, industrial e da construção civil (Tabela 1). Aliado à tendência global de reestruturação produtiva e redução do proletariado fabril, industrial e manual, a redução das

atividades industriais na região está ainda associada à crise da indústria química nacional que afetou fortemente o setor na Bahia, e pela contração sofrida pelos setores têxtil e de confecções em quase toda a região (CANO, 1998).

No setor de serviços, ganharam participação principalmente ocupações do comércio e reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos (crescimento de 6,1 pontos percentuais), educação, saúde e serviços sociais (crescimento de 2,8 pontos percentuais) e serviços domésticos (crescimento de 2,4 pontos percentuais). Com participação menos expressiva no total de ocupados na região, mas com significativas taxas relativas de crescimento nas últimas décadas, estão ainda as ocupações associadas às atividades prestadas a empresas (taxa de crescimento de 7,2% a.a.) e alojamento e alimentação (taxa de 5.8% a.a.). Em contrapartida, reduziu a participação das ocupações agrícolas (12,3 pontos percentuais), construção civil (4,4 pontos percentuais), atividades industriais (1 ponto percentual) e financeiras (0,4 ponto percentual).

TABELA 1

Evolução da população ocupada, segundo grupo de atividade econômica – Nordeste 1981 a 2005

Grupo de atividade	1981		2005	
	Nº pessoas	%	Nº pessoas	%
Atividades agrícolas	5.335.604	44,1	6.829.291	31,8
Indústria transformação	1.285.575	10,6	2.061.510	9,6
Outras atividades industriais	160.776	1,3	162.876	0,8
Construção civil	1.210.249	10,0	1.211.040	5,6
Comércio e reparação	1.291.766	10,7	3.601.078	16,8
Alojamento e alimentação	190.507	1,6	736.475	3,4
Transporte, armazenamento e comunicação	373.073	3,1	797.287	3,7
Administração pública	431.609	3,6	1.088.879	5,1
Educação, saúde e serviços sociais	670.416	5,5	1.789.426	8,3
Serviços domésticos	549.664	4,5	1.491.386	6,9
Setor financeiro	118.608	1,0	114.108	0,5
Atividades a empresas	115.132	1,0	610.444	2,8
Serviços pessoais e recreativos	224.976	1,9	569.263	2,7
Outros serviços	142.100	1,2	407.629	1,9
Total	12.100.055	100,0	21.470.692	100,0

Fonte: PNAD, microdados – IBGE.

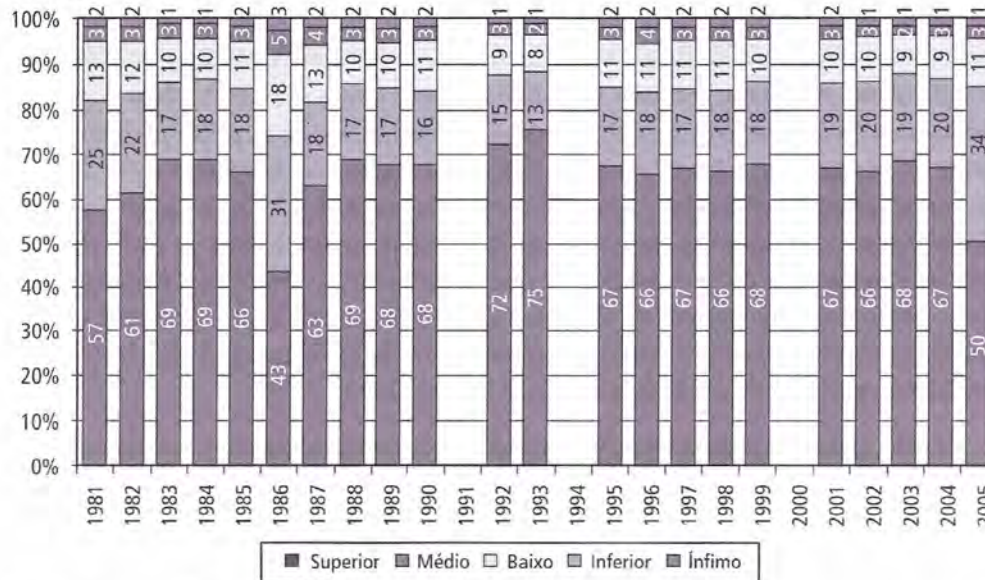
As mudanças observadas nas participações dos setores de atividade econômica no Nordeste não trouxeram qualquer melhora aos padrões de bem-estar de sua população ocupada. Para analisar tal comportamento, o Gráfico 2 apresenta a distribuição da população ocupada da região segundo classes de rendimento do trabalho principal entre os anos 1981 e 2005. Baseado em múltiplos de R\$ 300 de outubro de 2005, valor equivalente ao salário mínimo vigente na época, foram definidas cinco faixas de rendimentos da ocupação principal, ou estratos econômicos: 1) Superior (acima de R\$ 3.000); 2) Médio (entre R\$ 1.500 e R\$ 3.000); 3) Baixo (entre R\$ 600 e R\$ 1.500); 4) Inferior (entre R\$ 300 e R\$ 600); 5) Ínfimo (abaixo de R\$ 300). Enquanto os dois últimos estratos econômicos (inferior e ínfimo) estariam associados às condições de pobreza e indigência do trabalhador, já que se referem a valores insuficientes para manter padrões sociais básicos de consumo de uma família de quatro pessoas,³ os três primeiros (superior, médio e baixo) representariam diversos estágios de inserção do trabalhador na classe média brasileira (QUADROS, 2003).

O fato que mais chama atenção em todo o período analisado é o baixíssimo padrão econômico da população ocupada no Nordeste. A média histórica de ocupados ganhando menos de R\$ 300 é de 65% do total da população e menos de R\$ 600 é de 85% da população ocupada. Os momentos de ganhos econômicos mais significativos aos trabalhadores são observados no Plano Cruzado, em 1986, que, por um curto período de tempo, conseguiu bloquear o aumento dos preços e aumentar o poder de compra dos trabalhadores, e o início do Plano Real, em 1995, que conseguiu reduzir em 3,4 pontos percentuais a parcela de ocupados dos níveis inferior e ínfimo. Também chama atenção a expressiva redução de 17 pontos percentuais na participação de ocupados pertencentes ao estrato ínfimo em 2005, associado aos ganhos reais do salário mínimo no período. Mas, de maneira geral, constata-se que, passados 25 anos de baixo crescimento econômico, em 2005 os padrões econômicos da população ocupada do Nordeste eram inferiores aos observados em 1981. Houve melhora apenas na participação dos ocupados pertencentes ao estrato ínfimo (de 57% em 1981 para 50% em 2005) mas, por outro lado, cresceu 2 pontos percentuais a participação dos ocupados dos dois últimos estratos econômicos (de 82% em 1981 para 84% em 2005).

³ Kageyam e Hoffmann (2006) definem, por exemplo, o valor de meio salário mínimo como linha de pobreza domiciliar per capita, ou seja, o valor per capita abaixo do qual os integrantes domiciliares são considerados como pobres.

GRÁFICO 3

Evolução da população ocupada, segundo faixas de rendimento da ocupação principal – Nordeste 1981 a 2005



Fonte: PNAD, microdados – IBGE.

4. IMPACTOS SOBRE A ESTRUTURA DE CLASSES

Para identificar os grupos sociais mais ou menos afetados nestes 25 anos de baixo crescimento econômico e aumento dos já elevados indicadores de precarização e desigualdade salarial, utilizar-se-á da tipologia de estratificação social proposta por Quadros (2003). Tal tipologia inspirou-se na análise de Mills (1979) sobre a nova classe média norte-americana e baseia-se na inserção das pessoas no mercado de trabalho. O pressuposto dessa análise é que grupos sociais com estilos de vida relativamente homogêneos podem ser obtidos a partir da combinação entre inúmeras possibilidades de geração de renda, prestígio social e poder político das ocupações, uma *proxy* para o comportamento de classes de uma sociedade.⁴ Essa estrutura de classes, ou **estrutura sócio-ocupacional**, pode ser resumida em 11 **classes ocupacionais**:

⁴ Uma análise sobre a validade da estrutura sócio-ocupacional ao retratar grupos com características socioeconômica relativamente homogêneas pode ser obtida em Maia (2006).

- A **Empregadores** – Empreendedores, dos mais variados setores agrícolas e não agrícolas.
- C **Profissionais autônomos** – Profissões do tipo liberal, colarinho branco e prestadoras de serviços, que são típicas de classe média e exercidas de forma independente pelo ocupado. Grupo composto, em sua maioria, por profissionais do comércio, supervisores, representantes comerciais e inúmeras outras profissões onde prevalece o caráter técnico e superior das atribuições exercidas de forma independente.
- D **Profissionais assalariados** – Profissões do tipo liberal, colarinho branco e prestadoras de serviços, que são típicas de classe média e exercidas de forma assalariada. Além de vendedores e demonstradores, há profissionais do demiurgo administrativo (auxiliares, recepcionistas, almoxarifes, atendentes, escriturários e contínuos), professores do ensino médio e fundamental, gerentes na prestação de serviços e outras profissões onde prevalecem o caráter técnico e superior das atribuições exercidas de forma assalariada.
- F **Trabalhadores autônomos** – Ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado popular, que são exercidas de forma independente. As ocupações mais frequentes são as de vendedores ambulantes, trabalhadores da construção civil, prestadores de serviços nas áreas de higiene e estética corporal, além de inúmeras outras ocupações de caráter popular relacionadas à prestação de serviços, ao comércio, à produção de bens e serviços industriais.
- G **Trabalhadores assalariados** – Ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado popular, que são exercidas de forma assalariada. Destacam-se inúmeras ocupações de serviços, comércio, produção de bens e serviços industriais, entre elas, zeladores e ascensoristas, ajudantes de obras, guardas e vigias, cozinheiros, caminhoneiros, garçons e *barmen*.
- H **Trabalhadores domésticos** – trabalhadores do serviço doméstico remunerado.
- H-1 **Proprietários agrícolas conta própria** – Profissões ligadas à pequena produção no ramo da agricultura ou pecuária familiar, realizadas sem o emprego de mão-de-obra assalariada.
- H-2 **Trabalhadores agrícolas autônomos** – Profissões agrícolas exercidas de forma autônoma. Encontram-se pescadores e caçadores, atividades ligadas ao extrativismo florestal e uma série de outras ocupações agropecuárias exercidas em parceria com o proprietário.

- H-3 **Assalariados agrícolas** – Profissões agrícolas exercidas de forma assalariada permanente ou temporária. São trabalhadores ocupados em empreendimentos de exploração agrícola, pecuária, agropecuária em geral, extrativismo florestal, caça e pesca.
- J-1 **Trabalhadores não remunerados não agrícolas** – Ocupados não remunerados que trabalhavam pelo menos 15 horas na semana como membro da unidade domiciliar, como ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, como aprendiz ou estagiário em atividades não agrícolas, ou em atividade relacionada à construção para o próprio uso, sem qualquer forma de excedente de capital que possa ser convertido em renda para o trabalhador (IBGE, 1995).
- J-2 **Trabalhadores não remunerados agrícolas** – Ocupados não remunerados que trabalhavam por 15 horas na semana como membro da unidade domiciliar, como aprendiz ou estagiário em atividades relacionadas ao ramo agrícola, ou em atividade relacionada à produção para o próprio consumo, sem qualquer forma de excedente de capital que possa ser convertido em renda para o trabalhador (IBGE, 1995).

Um fato marcante da estrutura sócio-ocupacional do Nordeste é a expressiva participação dos trabalhadores não remunerados agrícolas (Tabela 1). Como destacam Araújo et al. (1997), na mesma região onde se desenvolveram importantes setores agrícolas de alta tecnologia, como a agricultura irrigada e da fruticultura no Vale do São Francisco, a fruticultura do oeste do Rio Grande do Norte e a agricultura de grãos no oeste da Bahia, ainda convivem setores atrasados, com elevado número de trabalhadores praticando a atividade agrícola de auto-subsistência e aqueles que colaboram na pequena propriedade rural familiar conta-própria. Em 2005, eram 2,4 milhões de trabalhadores agrícolas sem qualquer fonte de remuneração, 1 milhão de pessoas a mais que em 1981. Estes representavam, em 2005, 11% dos ocupados da região e 41% entre os ocupados das classes agrícolas (H-1, H-2, H-3 e J-2).

A estrutura sócio-ocupacional do Nordeste também mostra que a proliferação de ocupações associadas à prestação de serviços fez aumentar, sobretudo, a participação da classe dos profissionais na estrutura sócio-ocupacional (7 pontos percentuais). Em 2005, esta classe já representava mais de 1/4 da população ocupada da região. É também expressiva a participação da massa trabalhadora não agrícola, posições de menor prestígio social e de perfil tipicamente operário (38% de trabalhadores autônomos, assalariados e empregados domésticos em 2005). Entre 1981 e 2005, a massa

trabalhadora não agrícola ainda apresentou crescimento de 2,4 pontos percentuais e importantes alterações em sua composição interna: reduziu a participação de trabalhadores assalariados e aumentou o de prestadores de serviços domésticos e trabalhadores autônomos.

O crescimento das posições autônomas e redução dos assalariados da massa trabalhadora não agrícola estaria associado ao fenômeno da **desproletarização do trabalho industrial e subproletarização** do setor de serviços (ANTUNES, 2000). Segundo o autor, observa-se no mundo capitalista contemporâneo uma tendência de redução da classe operária tradicional e ampliação do assalariamento no setor de serviços e de inúmeras categorias de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado e vinculados à economia informal.

TABELA 2

Estrutura sócio-ocupacional dos ocupados na semana – Nordeste 1981 a 2005¹

Grupo ocupacional	Classe ocupacional	1981			2005		
		Nº pessoas	%	Rend. méd.	Nº pessoas	%	Rend. méd.
Empregadores profissionais	A Empregadores	223.526	1,8	2.186,7	689.533	3,2	1.744,3
	C Profissionais autônomos	485.684	4,0	809,2	1.152.661	5,4	584,9
	D Profissionais assalariados	1.775.367	14,7	1.032,0	4.392.761	20,5	776,2
	Total	2.261.051	18,7	984,1	5.545.422	25,8	736,6
Massa trabalhadora não-agrícola	F Trabalhadores autônomos	1.280.991	10,6	417,9	2.691.857	12,5	299,5
	G Trabalhadores assalariados	2.526.447	20,9	408,5	4.033.045	18,8	354,7
	I Trabalhadores domésticos	536.148	4,4	123,0	1.491.386	6,9	184,6
	Total	4.343.585	35,9	376,0	8.216.288	38,3	305,7
Massa trabalhadora agrícola	H-1 Proprietários conta própria	1.718.202	14,2	348,6	2.037.814	9,5	178,7
	H-2 Trabalhadores autônomos	302.896	2,5	187,1	230.444	1,1	168,9
	H-3 Assalariados agrícolas	1.725.040	14,3	242,0	1.898.236	8,8	211,6
	Total	3.746.138	31,0	286,2	4.166.494	19,4	193,3
Trabalhadores não remunerados	J-1 Não agrícolas	155.095	1,3		455.741	2,1	
	J-2 Agrícolas	1.370.660	11,3		2.395.890	11,2	
	Total	1.525.755	12,6		2.851.631	13,3	
Ignorados				1.324	0,0	3.008,8	
Total		12.100.055	100,0	447,8	21.470.692	100,0	400,5

Fonte: PNAD, microdados – IBGE.

Nota: ¹Valores em outubro de 2005.

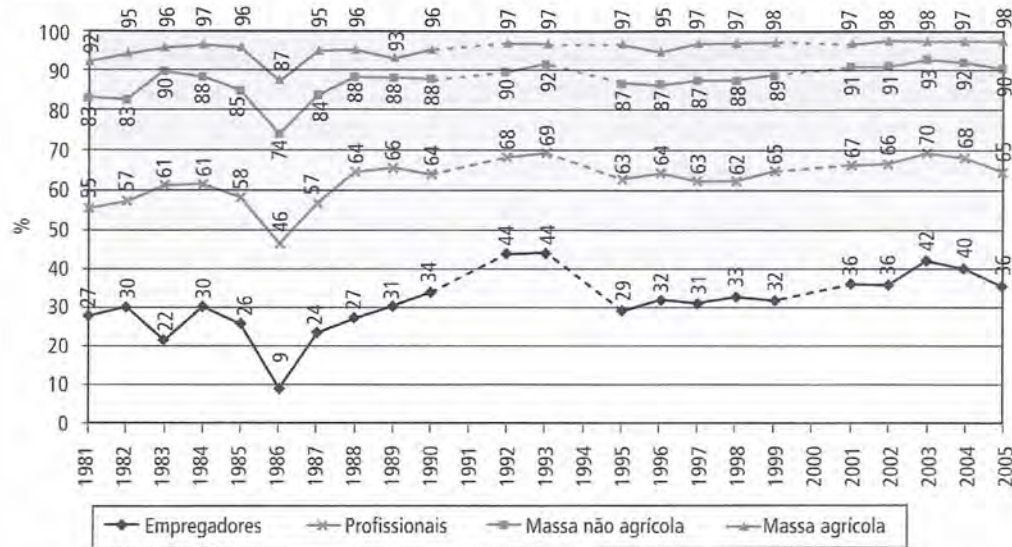
O crescimento da participação das classes associadas às posições de maior prestígio social não impediu a expressiva redução do rendimento médio dos ocupados. De R\$ 448 em 1981, o rendimento médio da ocupação principal caiu para R\$ 400 em 2005, uma redução de 11%. O crescimento das formas precárias de inserção no mercado de trabalho, aliado às circunstâncias econômicas pouco favoráveis das últimas décadas, teria resultado em expressivas perdas reais dos rendimentos médios em praticamente todas as classes sócio-ocupacionais. A única classe com ganhos reais no período foi a dos trabalhadores domésticos que, provavelmente associado à maior regulamentação da profissão, teve seu rendimento médio aumentado em 50%. Continua, entretanto, sendo um dos rendimentos mais baixos (R\$ 185) da estrutura sócio-ocupacional. Por outro lado, todas as demais classes tiveram perdas entre 10% (trabalhadores agrícolas autônomos) e 49% (proprietários agrícolas conta própria) no período. Empregadores, profissionais e trabalhadores não agrícolas autônomos também tiveram perdas significativas, equivalentes, respectivamente, a 20%, 25% e 28%.

Esse processo de empobrecimento das classes sócio-ocupacionais no Nordeste pode ainda ser constatado analisando os percentuais de ocupados pertencentes aos estratos inferior ou ínfimo (ou seja, com renda inferior a R\$ 600), os quais conveniou-se aqui denominar **subclassificados** (Gráfico 3). Para simplificar a análise, as classes ocupacionais dos ocupados remunerados foram também agregadas em quatro **grupos ocupacionais**: empregadores (A); profissionais (C e D); massa trabalhadora não agrícola (F, G e I); e massa trabalhadora agrícola (H-1, H-2 e H-3).

Após 25 anos de baixo crescimento econômico, em todos os grupos ocupacionais aumentou significativamente a parcela de subclassificados. Os grupos mais prejudicados foram justamente os de maior prestígio social: profissionais, com crescimento de 10 pontos percentuais, e empregadores, com crescimento de 9 pontos percentuais. A massa trabalhadora, que já apresentava elevados níveis de pauperização e miséria em 1981, piorou sua posição em 2005. Os ocupados subclassificados já representavam, em 2005, a quase totalidade da massa trabalhadora agrícola (98%) e 90% na massa trabalhadora não-agrícola.

GRÁFICO 4

Porcentagem de ocupados nos estratos inferior e ínfimo, segundo grupos sócio-ocupacionais – Nordeste 1981 a 2005



Fonte: PNAD, microdados – IBGE.

O crescimento das inserções precárias no mercado de trabalho, mesmo em posições típicas de classe média (profissionais) e empregadores, obstruiu possíveis efeitos benéficos da evolução da estrutura sócio-ocupacional. Em outras palavras, os ocupados vêm se inserindo nas classes ocupacionais de maior prestígio social, mas em circunstâncias mais precárias (trabalho parcial, temporário, terceirizado e vinculados à economia informal). Embora tenha aumentado a parcela de profissionais e reduzido, principalmente, a parcela da massa trabalhadora agrícola no Nordeste, houve, por outro lado, considerável crescimento da parcela de subclassificados em todas as classes ocupacionais, principalmente naquelas do topo da pirâmide social.

O pequeno empreendimento, posições majoritárias do grupo de empregadores, mostra ainda extrema vulnerabilidade aos choques econômicos em relação às demais classes ocupacionais. Embora tenham sido especialmente beneficiados com os ganhos reais do plano Cruzado, foram os maiores prejudicados na crise econômica e política do governo Collor, e no período de liberalização comercial da década de 1990. Atualmente, muitos pequenos empreendimentos seriam uma alternativa ao desemprego de longa duração e esconderiam situações precárias de ocupação, como o trabalho familiar não remunerado e a informalidade do trabalhador.

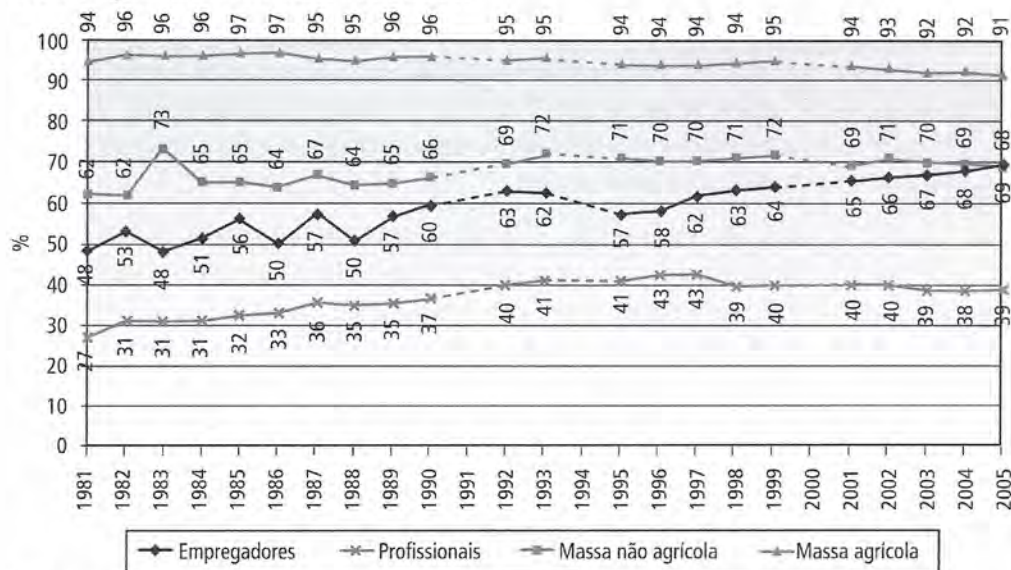
Para corroborar tais análises, o Gráfico 5 apresenta a evolução da parcela de ocupados de cada classe sócio-ocupacional sem contribuição previdenciária oficial. Além de estar associado à informalidade do empregado, a não contribuição previdenciária permite ainda maior abrangência do tema em relação às posições ocupacionais. Isto porque a caracterização da informalidade a partir da não contribuição previdenciária abrange desde empregados que não possuem registro em Carteira (já que esta obriga, por lei, a contribuição previdenciária oficial), até ocupados do sistema produtivo ou prestador de serviços familiar pouco estruturado (MAIA, 2006).

A informalidade, medida pela não-contribuição previdenciária, cresceu principalmente entre profissionais e empregadores. O pequeno empreendimento informal é o que apresenta a mais expressiva tendência de crescimento na região. Em 1981 representavam menos da metade dos empregadores e em 2005 já eram 69%, valor superior ao da massa trabalhadora não agrícola.

Mais uma vez, quando se analisa o agregado da população ocupada, as transformações na composição da estrutura sócio-ocupacional oculta a expansão das formas precárias de ocupações em todas as classes sócio-ocupacionais. Embora tenha crescido significativamente a participação de informais sem contribuição previdenciária nas principais classes ocupacionais, com exceção da pequena redução de três pontos percentuais da classe agrícola, o percentual de não-contribuintes da população ocupada do Nordeste caiu de 70% em 1981 para 69% em 2005. Isto porque aumentou a parcela de ocupados das classes de maior prestígio social, em que a contribuição previdenciária é maior, embora esse movimento fora acompanhado de um expressivo processo de empobrecimento e precariedade das ocupações dessas classes sócio-ocupacionais.

GRÁFICO 5

Porcentagem de ocupados sem contribuição previdenciária oficial, segundo grupos sócio-ocupacionais – Nordeste 1981 a 2005



Fonte: PNAD. microdados – IBGE.

4. CONCLUSÃO

Em um contexto de baixo crescimento econômico, liberalização comercial e profundas transformações na estrutura produtiva nacional, este ensaio procurou apresentar alguns indicadores que mostram o agravamento das precárias condições de trabalho na Região Nordeste.

Mesmo com os recentes esforços de industrialização e do surgimento de importantes pólos de desenvolvimento na região, ainda não se atenuou o quadro de baixos padrões sócio-econômicos de sua população ocupada. Há ainda uma expressiva parcela dos ocupados inserida precariamente no mercado de trabalho, em posições

sub-remuneradas, de caráter informal, além de trabalhadores praticando a atividade de auto-subsistência ou colaborando na pequena propriedade agrícola familiar sem qualquer fonte de rendimento.

O crescimento da economia nordestina acima da média nacional não foi suficiente para absorver a crescente população economicamente ativa e se observou, a partir da década de 1990, um substancial incremento da população desempregada. A massa salarial tampouco acompanhou o crescimento da população ocupada, havendo queda generalizada dos rendimentos da ocupação.

A partir da estrutura sócio-ocupacional da população ocupada no Nordeste, foi ainda possível verificar o crescimento das classes associadas a posições de maior prestígio social (empregadores e profissionais) foi acompanhada por um generalizado processo de regressão social. Aumentou a parcela de subclassificados e trabalhadores sem contribuição previdenciária em praticamente todas as classes ocupacionais, principalmente naquelas de maior prestígio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

ARAÚJO, T. P.; SOUZA, A. V.; LIMA, R. A. Nordeste: economia e mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 29, 1997.

BALTAR, P. Posição na ocupação e rendimento da população ocupada em atividades não agrícolas no Brasil: 1981-2001. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, MG: Caxambu, 2004.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 897, 2002.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multi-dimensional. *Revista Economia e Sociedade*. n. 1, Campinas, v. 15, n. 1, jan./jun. 2006.

MAIA, A. *Espacialização de classes no Brasil: uma nova dimensão para análise da estrutura social*. Tese de Doutorado. Campinas: IE-UNICAMP, 2006.

MILLS, W. *A nova classe média*. Tradução de Vera Borda. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

QUADROS, W. J. *Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa*. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.